

Avaliação de documentos arquivísticos: uma análise em teses e dissertações em programas de pós-graduação no Brasil

Mariana Lousada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-5395-683X>
mariana.lousada@unirio.br

Cristiane Gonçalves de Oliveira Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
<https://orcid.org/0009-0006-1263-0415>
cristianego.mello@gmail.com

Resumo O artigo tem por objetivo mapear a produção do conhecimento sobre avaliação de documentos arquivísticos, por meio da análise das teses e dissertações produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Arquivologia no Brasil. Parte-se da hipótese de que os trabalhos acadêmicos contribuem com o desenvolvimento e debate científico, assim a análise indica como o tema vem sendo abordado nesse contexto. Em relação a metodologia este estudo é classificado como bibliográfico, elaborado a partir de material já publicado, tanto para a revisão teórica quanto para a coleta de dados, e de caráter exploratório, pois, busca informações e o aprofundamento do conhecimento sobre avaliação de documentos. O procedimento adotado foi o levantamento na Biblioteca de Teses e Dissertações da Capes e nos repositórios digitais dos programas de pós-graduação. Como resultado, observou-se que a produção do conhecimento acerca da avaliação de documentos arquivísticos vem aumentando nos últimos anos e que ainda está pautada na teoria de valor primário e secundários dos documentos.

Palavras-chave Avaliação de documentos arquivísticos. Produção científica. Programa de pós-graduação. Ciência da Informação. Arquivologia.

Evaluation of archival documents: an analysis of theses and dissertations in graduate programs in Brazil

Abstract The article aims to map the production of knowledge on the evaluation of archival documents, through the analysis of theses and dissertations produced within the scope of postgraduate programs in Information Science and Archival Science in Brazil. It is based on the hypothesis that academic work contributes to scientific development and debate, so the analysis indicates how the topic has been approached in this context. In relation to methodology, this study is classified as bibliographic, drawn up from already published material, both for theoretical review and data collection, and exploratory in nature as it seeks information and deepening knowledge about document evaluation. The procedure adopted was a survey in the Capes Theses and Dissertations Library and in the digital repositories of postgraduate programs. As a result, it was observed that the production of knowledge about the evaluation of archival documents has been increasing in recent years and that it is still based on the theory of primary and secondary value of documents.

Keywords Evaluation of archival documents. Scientific production. Graduate program. Information Science. Archival Science.

Evaluación de documentos de archivos: un análisis de tesis y disertaciones en programas de posgrado en Brasil

Resumen El artículo tiene como objetivo mapear la producción de conocimiento sobre la evaluación de documentos de archivo, a través del análisis de tesis y disertaciones producidas en el ámbito de programas de posgrado en Ciencias de la Información y Archivología en Brasil. Se parte de la hipótesis

de que el trabajo académico contribuye al desarrollo y debate científico, por lo que el análisis indica cómo se ha abordado el tema en este contexto. En relación a la metodología, este estudio se clasifica en bibliográfico, elaborado a partir de material ya publicado, tanto para revisión teórica y recolección de datos, como de carácter exploratorio ya que busca información y profundización del conocimiento sobre la evaluación documental. El procedimiento adoptado fue una encuesta en la Biblioteca de Tesis y Disertaciones de la Capes y en los repositorios digitales de los programas de posgrado. Como resultado, se observó que la producción de conocimiento sobre la evaluación de documentos de archivo ha ido aumentando en los últimos años y que aún se basa en la teoría del valor primario y secundario de los documentos.

Palabras clave Evaluación de documentos de archivo. Producción científica. Programa de post-grad. Ciencias de la Información. Archivología.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 14/02/2024

Aprovado em 26/06/2024

Publicado em 01/07/2024

1 INTRODUÇÃO

A pós-graduação no Brasil foi reconhecida e regulamentada pelo Ministério da Educação em 1965 por meio do Parecer n. 977 (conhecido como Parecer Sucupira), instituindo o formato básico e subdividindo a formação nos níveis de mestrado e de doutorado. Foi adotado o modelo norte-americano que combinava curso, créditos, exames e uma tese e dissertação supervisionadas, cabendo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acompanhar, incentivar e avaliar a expansão do sistema nacional de pós-graduação.

A CAPES, por sua vez, é mais antiga que a regulamentação da pós-graduação, pois foi instituída em 1951, pelo Decreto n. 29.741, durante o governo de Getúlio Vargas. De início se tratava de uma comissão cuja finalidade era promover a formação e qualificação de pessoal a nível superior para o atendimento das necessidades dos empreendimentos públicos e privados que forneceriam as bases ao desenvolvimento brasileiro.

Foi na década de 70, que a pós-graduação avançou para a institucionalização, assumindo importância estratégica no ensino superior com a criação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) sob responsabilidade da CAPES e que direciona ações e metas estratégicas da pós-graduação para um período específico, considerando as realidades, presente e futura, do país.

Os programas de pós-graduação estão distribuídos entre as nove grandes áreas estabelecidas pela Capes: Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Multidisciplinar, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Linguística, Letras e Artes. A Ciência da Informação e a Arquivologia fazem parte da grande área de

Ciências Sociais Aplicadas, e pelos dados de 2022¹, e constituída por 27 programas em funcionamento no território nacional.

A pós-graduação tem como cerne a pesquisa, que está fortemente vinculada às instituições acadêmicas e aos institutos. Por isto, parte-se da hipótese de que os programas de pós-graduação são um dos principais meios de produção científica, e sua análise pode evidenciar como diferentes campos estão se desenvolvendo.

Sendo assim, a pesquisa partiu do seguinte questionamento: os programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Arquivologia, por meio das teses e dissertações, têm produzido conhecimento em relação ao tema de avaliação de documentos arquivísticos?

A avaliação de documentos é considerada um fenômeno recente, isto porque até meados da década de 20, do século passado, as instituições acumulavam a totalidade dos documentos produzidos e/ou recebidos. Não havia uma preocupação em analisar, a partir de critérios, a real necessidade de guarda desses documentos. Essa situação se modifica no momento em que o controle dessa massa documental se tornou um problema, acrescido da escassez de espaços físicos e do custo elevado de manutenção.

Sendo assim, a pesquisa justifica-se por identificar como a avaliação de documentos vem sendo estudada nos programas de pós-graduação. Também buscou apresentar a sua importância para o desenvolvimento da área e a influência dos programas na produção e difusão do conhecimento científico. Pretende-se, também, aportar, modestamente, a criação de um espaço para reflexão sobre a problemática apontada, aprofundando teoricamente as relações existentes, haja vista que há pouca incidência de estudos que envolvem a temática.

2 AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

A necessidade de avaliar documentos surge a partir da crescente produção e acumulação desordenada de documentos em decorrência do incremento das atividades administrativas e econômicas. Jenkinson (1922) já indicava preocupações com essa situação no início do século XX. Desde então, percebe-se os esforços na discussão teórica e prática das questões que envolvem a avaliação de documentos arquivísticos.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 41), a avaliação é definida no como um “processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece

¹<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>.

os prazos de guarda e destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos”. Nesse sentido, Indolfo (2013, p.42) complementa que, avaliar é:

(...) analisar o uso dos documentos de arquivo para poder se definir (ou estabelecer) os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária dos arquivos. Estes prazos, relativos ao valor primário, podem ser de curta, média ou longa duração, sempre expressos em anos, eventualmente, em meses. Findo o prazo de guarda, o documento de arquivo terá como destinação final a eliminação ou a guarda permanente, o que justifica essa destinação é a existência ou a atribuição do valor secundário.

Camargo e Bellotto (1996, p. 11) definem como “processo de análise de arquivos, visando a estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhes forem atribuídos na tabela de temporalidade de documentos”. Em termos gerais, avaliar documento de arquivo significa atribuir valor, a partir de critérios legais, fiscais, jurídicos, administrativos, históricos, informativos, etc. São esses valores que determinam os prazos de guarda e a destinação dos documentos, preservação ou eliminação.

É o que Schellenberg (2002) chama de teoria de valor, que se materializa por meio dos valores primário e secundário. O valor primário refere-se ao valor em função do interesse que possa ter para o órgão ou entidade que o produziu, levando em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais. Enquanto que o valor secundário é atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para o órgão ou entidade e outros usuários, tendo em vista sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi, originalmente, produzido, como histórico, informativo, social, etc.

Além dos valores enunciados por Schellenberg, alguns autores como Couture (1995) e Cook (2003) propuseram a avaliação em dois níveis: micro e macro. Enquanto a microavaliação analisa o valor dos documentos em si, a macroavaliação estuda porquê e como foram produzidos, buscando compreender as razões e a natureza das relações entre os cidadãos e as instituições produtoras, como um processo dialético.

A avaliação envolve procedimentos, métodos de trabalho, critérios de valoração, possui fundamentos teóricos e princípios diretores. Trata-se de uma das funções arquivísticas mais complexas e exigentes que o arquivista deve executar, dado os múltiplos conhecimentos teóricos e práticos que requerer. Cada contexto exige um estudo específico e a decisão que se toma sobre a preservação ou eliminação dos documentos irá interferir diretamente na constituição do patrimônio documental. Como afirma Cook (2003), a avaliação molda o patrimônio documental e determina o que o futuro aprenderá sobre seu passado, que é o nosso presente.

A partir do exposto, considera-se necessário conhecer como a temática de avaliar documentos está sendo desenvolvida ao longo dos anos para compreender possíveis mudanças de

perspectiva, aplicações em instituições distintas, visando alimentar a teoria e a prática, e vice-versa.

3 A PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

O ensino na pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil e na América Latina, teve seu início em 1955 com a criação do curso de especialização “Pesquisas Bibliográficas” no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que em 1964, passou a ser denominado Curso de Documentação Científica (CDC). Pouco tempo depois, em 1970, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, também pioneiro e que contava com corpo docente de professores estrangeiros de expressão na comunidade científica internacional. Ainda na mesma década, surge o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UNB), em 1976 e 1978, respectivamente.

Somente dezenove anos depois, é criado o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em convênio com a UNB. Apesar de ter sido criado em 1998, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília, só foi autorizado a funcionar pela CAPES em 2001.

É a partir do início do século XXI, que percebe-se uma expansão da pós-graduação na área com o surgimento em 2003, do Programa em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Universidade de São Paulo (USP), e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2006.

Impulsionado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2009, foram criados mais dois programas, o da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Três anos depois, em 2012, foram criados os Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia e o Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, ambos na modalidade profissional e sediados na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Nos anos 2013 e 2014, foram criados: o Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia na Universidade Federal do Cariri (UFCA), e o Programa de Pós-graduação em

Gestão da Informação e do Conhecimento na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Em 2016, outros três programas surgiram com o objetivo de fortalecer o campo da Ciência da Informação na produção de conhecimentos científico, tecnológico, social e inovador, são eles: o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Ceará (UFC), e o Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) tendo como objetivo principal a formação de profissionais para atuarem no campo de memória e Acervos.

No ano seguinte, em 2017, a Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) teve aprovado o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e neste mesmo ano, surgia na Universidade Federal do Pará (UFPA), o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Já em 2018, foi aprovado o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Programa de Pós-graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) iniciou suas atividades possibilitando a formação de novos profissionais com competências específicas para organização do conhecimento.

Os três últimos programas implantados no Brasil, datam de 2019², são eles: o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o Programa em Tecnologia de Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento da Universidade FUMEC, único em instituição privada, e que tem por objetivo a geração, disseminação e aplicação de conhecimento científico de natureza interdisciplinar nas áreas de Sistemas de Informação, Gestão do Conhecimento e Comunicação.

Ao final, a área de Ciência da Informação e Arquivologia conta com 27 programas de pós-graduação, sendo 21 em universidades ou instituições federais, 5 em estaduais e 1 privada. Das instituições públicas, 79,5% funcionam em instituições federais e 20,5% em estaduais. Isso significa que, o ensino no âmbito da pós-graduação na área está concentrado em instituições públicas, sendo a sua grande maioria federais.

Em relação a distribuição por região do país, o centro-oeste e norte apresentam 1 programa cada. No Nordeste são 8 programas; na região sul, 3; e a região sudeste, 13 programas.

² Para esta pesquisa foram considerados os programas de pós-graduação em funcionamento até 2022.

Assim, entende-se que já uma produção maior de teses e dissertações nas regiões nordeste e sudeste já que estas duas regiões somam 81% de programas. Um aspecto interessante a ser observado é a expansão de criação dos programas concentrada no período de 2011 à 2021, quando foram implementados 16 programas.

Considera-se que as reflexões teóricas e metodológicas a respeito da avaliação de documentos arquivísticos precisam ser realizadas também no ambiente acadêmico, uma vez que, a formação do profissional influencia diretamente na forma como ele atua no ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo, o profissional que encontra problemáticas profissionais, traz uma demanda que exige da academia uma revisão das teorias e práticas até então estabelecidas.

Sendo assim, as produções acadêmicas derivadas das investigações realizadas nos programas de pós-graduação na área de Ciência da Informação e Arquivologia tornam-se objeto de análise deste estudo, pois, é por meio deles que continuamente é construído o conhecimento científico e divulgado entre os pares – sociedade acadêmica e científica – e, aos demais membros da sociedade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação aos procedimentos metodológicos, este estudo pôde ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, tanto para a revisão teórica quanto para a coleta de dados. Considerando os objetivos, pôde ser designada como exploratória, que se caracterizou pela busca de informações e aprofundamento do conhecimento sobre avaliação de documentos. Considerando a abordagem e técnicas, é ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, pois se utilizou de dados quantificáveis e técnicas estatísticas que puderam ser interpretados oferecendo significados acerca do objeto de estudo. Sendo assim, as etapas desenvolvidas foram:

1ª Etapa - levantamento dos programas de pós-graduação na área de Ciência da Informação e Arquivologia em instituições e universidades federais, estaduais e privadas na página da Capes³.

2ª Etapa - levantamento dos trabalhos nos repositórios dos programas e/ou instituição, e também na Biblioteca de Teses e dissertações da Capes. Para as buscas foram utilizadas as palavras-chaves: avaliação de documentos, avaliação documental e tabela de temporalidade, título, assunto e/ou

³ Para mais informações, consultar:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>.

resumo. É importante destacar que o recorte temporal foi delimitado aos trabalhos defendidos até dezembro 2022.

3ª Etapa - sistematização dos dados em uma tabela: programa de pós-graduação, autor (a), título do trabalho, ano, modalidade (tese ou dissertação), orientador (a), link de acesso on-line da produção acadêmica e palavra-chave utilizada na busca. Com a tabela construída, a análise pôde ser realizada e os dados mensurados de forma acertadamente. A condição de se trabalhar com tabelas, se torna um facilitador e orientador para uma análise quantitativa. Os resultados obtidos por meio da busca na Biblioteca da Capes foram dispostos em uma tabela diferente, com o intuito de analisar os trabalhos que se encontravam duplicados, ou seja, aqueles encontrados na base de dados dos Programas e, também na Biblioteca da Capes.

4ª Etapa - análise dos dados. Quantitativa: modalidade (tese ou dissertação) e ano; PPG's que mais desenvolveram pesquisas na temática; e docentes que mais orientaram. Já a qualitativa analisa os trabalhos a partir dos autores que sustentam a discussão e a noção do conceito de avaliação.

5 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA

Com a perspectiva de analisar os trabalhos publicados com a temática avaliação de documentos, mergulhou-se no universo das dissertações e teses dos programas de pós-graduação. A partir da delimitação da pesquisa e dos critérios para buscas foram encontradas 10 produções, sendo 6 (seis) teses e 4 (quatro) dissertações defendidas entre 2011 e 2022⁴.

Com relação aos Programas de Pós-Graduação em que esses trabalhos foram produzidos destaca-se o Programa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 4 trabalhos, sendo 3 teses e 1 dissertação. Em seguida, tem-se o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Brasília (UNB) e o da Universidade Estadual Paulista (UNESP) com 2 trabalhos cada. Os programas do IBICT/UFRJ e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apresentam um trabalho cada.

No tocante aos docentes que mais tem orientado na temática, destaca-se o professor Renato Pinto Venâncio, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 3 trabalhos. Seguido pela professora Eliane

⁴ Importante destacar que, pelas buscas realizadas foram encontrados outros trabalhos, mas que não foram produzidos em PPG's da área de Ciência da Informação e da Arquivologia, por isso não foram incluídos no universo da pesquisa.

Braga de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Brasília (UNB), com 2 trabalhos.

Ao analisar o interesse de pesquisa de cada docente por meio do *currículo lattes*, percebe-se que a avaliação de documentos não é o tema central, os projetos e produções abarcam a gestão de documentos, informação e memória, políticas públicas e gestão da informação governamental. Apesar de não contemplar explicitamente, considera-se que a avaliação tangencia e em alguma medida dialoga com todas essas temáticas.

Neste momento, são apresentadas as análises qualitativas, a partir das seguintes categorias: 1- base teórica: mapeia os autores que subsidiam a discussão⁵; 2- noção do conceito de avaliação: identifica sob qual teoria a avaliação é abordada.

O primeiro trabalho analisado foi a dissertação “Arquivos e Informação: os caminhos da gestão de documentos na Universidade Federal da Paraíba”, de Ana Andrea Vieira Castro de Amorim (UFPB, 2011) que estuda o processo de implantação das bases da gestão de documentos na Universidade, a partir das ações desenvolvidas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. A base teórica que a autora faz uso para sustentar a discussão está nos trabalhos de Bernardes (1998). Já a noção do conceito de avaliação é trabalhada na análise e teoria de valor primário e secundário.

O segundo trabalho é a dissertação “Avaliação de documento de arquivo na Administração Pública Federal Brasileira: um estudo à luz das concepções teóricas e da legislação e normas nacionais” (UNB, 2015) por Maria Ivonete Gomes do Nascimento, que identifica quais concepções norteiam a avaliação de documentos de arquivo na Administração Pública Federal.

Para fundamentar a discussão, a autora utiliza uma grande variedade de autores: Bernardes (1998, 2008); Cook (1991, 2006, 1996, 2013, 1999); Couture (2003); Couture et al (2000); Cruz Mundet (1994, 2009); Delmas (2010); Duplá Del Moral (2013); Duranti (1994); Eastwood (2003); Fenoglio (2012); Fenoglio et al (2013); Fonseca (1998); Herrera (1986; 1991); Indolfo (2007, 2012, 2013); Jardim (1995); Jenkison (1922); Kolsrud (1992); Lodolini (1993); Lopez (2009); Lousada (2012); Oliveira (1997, 2010); Oliveira (2010, 2013); Oliveira e Rodrigues (2007); Paes (1991, 1998); Santos (2009); Schellenberg (2002); Silva e Ribeiro (2004; 2009); Sousa (1997); e Vázquez (2006).

A noção do conceito da avaliação está na atribuição de valor: “A avaliação de documentos de arquivo é responsável pela atribuição de valor aos documentos e pela definição dos prazos de

⁵ Não foram considerados dicionários terminológicos e publicações legais e normativas.

retenção e destinação, de forma a propiciar a redução do volume dos documentos, com a preservação daqueles considerados relevantes” (Nascimento, 2015, p.13).

A terceira dissertação analisada “Avaliação de documentos de arquivo: uma análise de diferentes abordagens”, de Rubens Vieira Guimarães (UNB, 2018) trata sobre as relações entre as diferentes abordagens teóricas e metodológicas sobre a avaliação de documentos. O autor fundamenta a discussão a partir da literatura de: Bernardes (1998); Brichford (1977); Brooks (1940); Cook (2004, 2005); Couture (2005); Craig (2004); Cunha, Cavalcanti (2008); Franks (2015); Ferreira e Rockembach (2017); Jardim (1995); Jenkinson (1922); Kolsrud (1992); Makhlof; Cavalcante (2008); Menne-Haritz (1994); Oliveira (2010); Redriksson (2003); Rhoads (1989); Rousseau e Couture (1998); Santos (2005); Schellenberg (2005); Duranti (1994); Silva e Ribeiro (2002); Pearce-Moses (2005); e Trace (2016).

A noção do conceito da avaliação está centrada na atribuição de valores “função arquivística que abrange as ações relacionadas à atribuição de valores, definição de prazos de guarda e destinação final para documentos de arquivo, visando racionalizar a guarda de documentos e constituir um patrimônio documental” (Guimarães, 2018, p.49).

O quarto trabalho é a tese “Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)”, de Ana Celeste Indolfo (IBICT, 2013) que analisa as práticas de avaliação a partir das dimensões políticas e técnico-científicas. Os autores que sustentam a discussão são: Camargo (2003); Cook (2003); Couture (2003); Cox (2003); Delmas (2010); Duranti (2003); Eastwood (2003); Greene (2007); Jardim (1995); Jimerson (2007); Menne-Haritz (1994); Oliveira (2003); e Schellenberg (2005).

A noção de avaliação de documentos está centrada na análise e na teoria de valor “A avaliação é um processo de análise e seleção de documentos que visa estabelecer os prazos de guarda e a destinação final dos documentos, definindo quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e, em que momento, poderão ser eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente, segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade” (Indolfo, 2013, p.56).

Em seguida, foi analisada a dissertação “Gestão de documentos na administração pública estadual de Minas Gerais: um estudo de caso”, realizada por Rosilene Silva dos Santos (UFMG, 2013). O trabalho analisa o projeto de elaboração dos instrumentos de gestão de documentos: planos de classificação de documentos e tabela de temporalidade e destinação de documentos de

arquivo para as atividades-fim do poder executivo do Estado de Minas Gerais. A base teórica que a autora faz uso para sustentar a discussão está nos trabalhos de Indolfo (2007) e Lopes (1996).

Já a noção do conceito de avaliação é trabalhada na análise e teoria de valor: “o processo de análise da documentação de arquivos, visando estabelecer a sua destinação, de acordo com seus valores informativos ou probatórios” (Santos, 2013, p.43).

A tese “Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil” (UFMG, 2016) por Cintia Aparecida Chagas Arreguy, foi o sexto trabalho identificado. Os autores utilizados são: Booms (1987); Brooks (1940); Cook (2007, 2003); Couture (2003); Cox (2003); Dingwall (2016); Duranti (1996); Falcone (2006); Indolfo (2013); Mcleod, Hare (2003); Rousseau e Couture (1998); Samuels (1986); Schellenberg (2006); e Tschan (2002).

A noção de avaliação é baseada na teoria de valor “processo de análise e seleção de documentos, tendo em vista seus valores para a administração que os criou, para o cidadão em busca de seus direitos e para o pesquisador das mais diversas áreas, com o objetivo de determinar seu prazo de guarda e sua destinação final” (Arreguy, 2016, p.49).

O sétimo trabalho analisado foi a tese “Inter-relação entre os fluxos informacionais, a identificação de tipos documentais e a avaliação de documentos: um modelo processual para a Salutar de Marília” (UNESP, 2019), de Natália Marinho do Nascimento. Os autores que subsidiam as discussões são: Bernardes (1998); Booms (1970); Cermeno-Martorell e Rivas-Palá (2012); Cook (1992; 1994; 1997; 1999); Couture (1998; 1999; 2002); Cruz-Mundet (2006); Eastwood (1992; 2002); Hernández-Oliveira e Moro-Cabero (2002); Lopes (1997); Maklouf; Cavalcante (2008); Ribeiro (2005); Ribeiro e Silva (2002; 2004; 2005); Rockembach (2015); Rousseau e Couture (1998); Samuels (1986); e Schellenberg (2006).

A noção de avaliação está centrada na teoria de valor “etapa essencial da GD, uma vez que é por meio desta que será dada a destinação aos documentos observando o tempo, a legislação e fundamentados nos seus usos (sempre descendentes) e valores (administrativo e histórico)” (Nascimento, 2019, p. 113).

Já a tese “O processo de avaliação de documentos: um estudo em arquivos das Instituições Federais de Ensino Superior”, de Tatianne Akaichi (UNESP, 2021), analisa se nas IFES, o processo de avaliação de documentos ocorre conforme sugere a Arquivística Integrada e as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos. É sustentada nos autores: Bernardes (1998); Bizello (2018); Booms (1987); Cook (2005); Couture (2005); Eastwood (1993); Indolfo (2003); Jenkinson (1922);

Lousada (2012); Rhoads (1983); Rousseau e Couture (1998); Samuels (1991- 1992); Schellenberg (2004); Silva e Venancio (2019); e Silva e Ribeiro (2000).

Mesmo a autora fazendo uma vasta análise dos diferentes parâmetros da avaliação, percebe-se que a noção de avaliação é posta a partir da teoria de valor “processo de análise e de seleção de arquivos a partir de parâmetros e de valores que lhes são concedidos pelos fatores que os envolve e os rodeiam” (2021, p. 49).

O nono trabalho analisado foi a tese “Avaliação Arquivística: Requisitos para Valoração e Destinação de Documentos no Âmbito da Administração Pública Estadual” (UFMG, 2022), de Mariana Batista do Nascimento, que realiza uma análise das tabelas de temporalidade e destinação de documentos produzidas no âmbito dos Programas de Gestão de Documentos dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais sob a perspectiva do tipo documental em contraponto à avaliação de documentos sob a perspectiva dos “assuntos”. Para isso a autora usa como aporte teórico: Bernardes (1998); Brooks (1940); Camargo (2001); Chagas (2020); Duranti (1994); Indolfo (2012); Heredia Herrera (1999); Jardim (1995); Lousada (2012); Machado (1981, 1986); Makhoul e Cavalcante (2008); Nascimento e Oliveira, (2016); Oliveira (2007); Pires (1981); Schellenberg (2006); Soares (1975, 1981); e Terry Cook (2003).

Identificou-se que a noção de avaliação também é a partir da teoria de valor “a avaliação de documentos é etapa importante e complexa do tratamento arquivístico. É nela que se torna possível atribuir valores aos documentos, definindo o prazo de retenção e a destinação final (Nascimento, 2022, p.23).

E por fim, a décima e última tese analisada “Avaliação de Documentos de Arquivo: estudos sobre construções científicas internacionais e brasileira” (UFMG, 2022), de Maria Juliana Nunes da Silva discute a avaliação nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Brasil a partir da análise científica e prática. Os autores que apoiam a discussão são: Boles e Young (1985); Brooks (1940); Chagas (2020); Cook (1992, 2003, 2005, 2018); Couture (1995, 2003, 2005); Ducharme (2002); Duranti (1994, 2003); Eastwood (1992, 2002); Ferreira e Rockembach (2017); Upward (1996); Jenkinson (1922, 1937); Lousada (2012); Makhoul e Cavalcanti (2008); Menne-Haritz (1994); Nascimento e Oliveira (2016); Penn (2014); Scott (1966); Rockembach (2015); Samuels (1986); Santos e Flores (2016); Schellenberg (2004); Trace (2016); Tschan (2002); e Wilson (1994).

E a noção da avaliação é a partir da teoria de valor: “A avaliação, portanto, constitui o estudo intelectual de um conjunto documental, realizada por meio de critérios estabelecidos tais como identificação de valores arquivísticos e métodos contextuais de produção, para selecionar os

documentos que serão preservados por tempo indeterminado e os que serão eliminados” (2022, p.20).

A partir da análise dos trabalhos percebe-se uma evolução na produção de trabalhos (dissertações e teses) sobre avaliação de documentos, principalmente nos últimos dois anos. Pela leitura, é clara a preocupação nas pesquisas em articular a teoria, os aspectos legais com a prática desenvolvida em diversos tipos de instituições.

Já em relação a sustentação teórica fica evidente a influência das ideias preconizadas por Schellenberg, citado em 9 (nove) trabalhos. Outro autor que merece destaque é Cook e a macroavaliação, que reflete sobre a necessidade de se avaliar os documentos a partir do seu valor social e as relações do contexto de criação e a sociedade.

Em decorrência das influências e da tradição arquivística nacional, identificou-se que em todos os trabalhos a noção do conceito de avaliação está centrada na Teoria de Valor, isso ratifica a influência das obras de Schellenberg, responsável pela idealização da avaliação dos documentos a partir dos valores primário e secundário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho permitiu concluir que programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Arquivologia tem produzido, por meio das teses e dissertações, cada vez mais pesquisas sobre avaliação de documentos arquivísticos.

Essa produção vem aumentando a cada ano, o que demonstra maior interesse da comunidade científica e profissional no desenvolvimento da temática. Percebeu-se que muitos estudos são empíricos, ou seja, analisam como instituições estão avaliando seus documentos. Por se tratar de uma atividade amparada por atos legais e normativos, como por exemplo, a Lei 8.159 de 1991, o Decreto 4.073 de 2002, e o Decreto 10.148 de 2019, eles articulam a discussão teórica a legal.

Já a respeito dos parâmetros da avaliação, identificou-se pela compreensão dos autores que os trabalhos estão pautados na teoria de valor preconizada por Schellenberg (2002) por meio do valor primário e secundário dos documentos visando a sua preservação ou eliminação. Isso sugere que a perspectiva sob a qual os documentos são entendidos e avaliados ainda permanece a mesma, sustentada pelas funções e atividades da instituição. Mesmo muitos trabalhos trazendo a

discussão de outras metodologias de avaliação, como a macroavaliação, não foi identificada a aplicação em nenhum dos trabalhos pelos motivos já mencionados anteriormente.

Pode-se concluir que o tema da avaliação de documentos vem ganhando espaço entre os trabalhos produzidos no âmbito dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Arquivologia no Brasil, isto é fundamental pois é a partir da sua aplicação que o patrimônio documental é construído.

REFERÊNCIAS

AKAICHI, Tatianne. **O processo de avaliação de documentos**: um estudo em arquivos das Instituições Federais de Ensino Superior. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

AMORIM, Ana Andréa Vieira Castro de. **Arquivos e informação**: Os caminhos da gestão de documentos na Universidade Federal da Paraíba. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BRASIL. **Decreto n. 10.148, de 2 de dezembro de 2019**. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. 2002.

BRASIL. Lei Federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Seção 1, 9 jan. 1991, p. 457.

BRASIL. **Parecer n. 977/65**. Define os cursos de pós-graduação. 3 dez. 1965. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-196-pdf/@@download/file/parecer_cesu_977_1965.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminência de la interacion político social sobre el Gobierno. **Tabula**: Revista de Archivos de Castilla y León/ Asociación de Archiveros de Castilla e León. Salamanca, n.6, p.87-103, 2003.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. v. 1.

COUTURE, Carol. The new reality and outlook for development of archival science issues in teaching in our discipline. **Janus**, n. 2, 1995.

GUIMARÃES, Rubens Vieira. **Avaliação de documentos de arquivo**: uma análise de diferentes abordagens. 2018. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

INDOLFO, Ana Celeste. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

NASCIMENTO, Mariana Batista do. **Avaliação Arquivística: Requisitos para Valoração e Destinação de Documentos no Âmbito da Administração Pública Estadual**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do. **Avaliação de documento de arquivo na Administração Pública Federal Brasileira**: um estudo à luz das concepções teóricas e da legislação e normas nacionais. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

NASCIMENTO, Natália Marinho do. **Inter-relação entre os fluxos informacionais, a identificação de tipos documentais e a avaliação de documentos**: um modelo processual para a Salutar de Marília. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

SANTOS, Rosilene Silva dos. **Gestão de documentos na administração pública estadual de Minas Gerais**: um estudo de caso. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Maria Juliana Nunes da. **Avaliação de documentos de arquivo**: estudos sobre construções científicas internacionais e brasileira. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

NOTAS DE AUTORIA

Mariana Lousada

Professora Adjunto do curso de Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente permanente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO). Líder do grupo de pesquisa Fundamentos e Perspectivas Arquivísticas. Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília. Foi bolsista Capes de estágio de doutorado na Universidad de Salamanca (Espanha). Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi bolsista FAPESP no mestrado e de iniciação científica pela agência de fomento CNPq. Foi arquivista na Força Aérea Brasileira (2013-2015).

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/6155301215674644>

Cristiane Gonçalves de Oliveira

Arquivista pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista de iniciação científica de 2000 a 2022 no projeto “instrumentos avaliativos como aporte para a constituição do patrimônio documental na cidade do Rio de Janeiro.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3237951073341527>